



FACULDADE DE DIREITO
DA
UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
DEPARTAMENTO DE DIREITO PRIVADO



PROGRAMA DA DISCIPLINA DIR.159 – INSTITUIÇÕES DE DIREITO PÚBLICO E PRIVADO

CARGA HORÁRIA: 68 HORAS ANO: 2002

OFERECIMENTO: Currículos dos cursos de Administração, Arquivologia, Ciências Contábeis, Ciências Econômicas, Ciências Sociais, Desenho Industrial e Secretariado.

EMENTA: DIREITO. ORDEM JURÍDICA. PRIMAZIA DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL. SISTEMA LEGAL. INSTITUIÇÕES DE DIREITO PÚBLICO E PRIVADO. DISTINÇÕES NECESSÁRIAS. PRINCÍPIOS NORTEADORES E PRINCIPAIS INSTITUTOS DO DIREITO PÚBLICO E DO DIREITO PRIVADO.

OBJETIVOS: 1º) Identificar, conceituar e sistematizar os principais institutos do Direito Público e do Direito Privado; 2º) explicitar o funcionamento dos diversos ramos e o conjunto integrado ao ordenamento jurídico; 3º) estabelecer relações de reciprocidade, causa e efeito das normas e institutos jurídicos; 4º) abrangência, especificidade e visualização do Direito como fenômeno social.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:

UNIDADE I – NOÇÕES PROPEDÊNTICAS

- Noções do Estado e do Direito: Ordenamento Jurídico: Primazia da Constituição Federal. Sistema legal. Estado e Governo. O princípio da divisão de Poderes: Executivo, Legislativo e Judiciário. O Estado brasileiro. Caracterização do Estado Democrático de Direito. Fontes e funções da lei. Direitos e deveres individuais e coletivos: noções gerais. Direito subjetivo: público e privado. Sujeitos de direito: as pessoas físicas e as pessoas jurídicas. Noções sobre personalidade e capacidade.

UNIDADE II – DIREITO PÚBLICO

- 2.1. Direito Público. Conceito. Princípios norteadores. Direito Internacional Público: o Estado no plano internacional, nacionalidade, legislação brasileira aplicável aos estrangeiros. Organizações internacionais. Noções de Tratados Internacionais.
- 2.2. Direito Administrativo. Administração Pública. Conceito. Princípios aplicáveis. Estrutura orgânica do Estado brasileiro. A Federação, os Estados e os Municípios. Pessoas jurídicas estatais e paraestatais. Poderes administrativos. Controles interno e externo. Licitações e Contratos Administrativos. Serviços Públicos. Responsabilidade Civil do Estado.
- 2.3. Direito Financeiro. Finanças Públicas. Sistema Financeiro Nacional. Orçamento Público.
- 2.4. Direito Tributário. Denominação, conceito e conteúdo. Noções elementares. Sistema Tributário brasileiro.
- 2.5. A ordem econômica constitucional. Princípios Intervenção do Estado no domínio econômico. Planejamento econômico público. Defesa da concorrência. Monopólios. Regime jurídico das empresas brasileiras e estrangeiras

UNIDADE III – DIREITO PRIVADO

- 3.1. A Relação Jurídica. Conceito. Elementos constitutivos: noções gerais sobre o fato propulsor, os sujeitos, o objeto e o conteúdo. Ato jurídico e negócio jurídico; distinções básicas.
- 3.2. Principais ramos do Direito Privado: civil, comercial, trabalho, consumidor; institutos básicos.
- 3.3. Direito Civil. A pessoa jurídica. Personificação e desconsideração. A propriedade. Conceito. Função social. O contrato: princípios e regras gerais. O dirigismo contratual. Contratos de massa. Mediação e Arbitragem. Contratos internacionais privados: noções gerais, princípios, *lex mercatoria*, legislação aplicável. Organizações internacionais. Responsabilidade civil: conceito e espécies. A responsabilidade inerente às profissões.
- 3.4. Direito Comercial. Empresa e empresário. Noções gerais sobre sociedades mercantis, títulos de crédito e contratos mercantis. Responsabilidade civil e social da empresa.
- 3.5. Direito do Consumidor. Conceito. O CDC: natureza jurídica de suas normas. O consumidor e o fornecedor. Responsabilidade do fornecedor: o fato do produto e do serviço. Excludentes de responsabilidade. Direito de regresso. Prescrição e decadência.
- 3.6. Direito do Trabalho. Relação de emprego. O empregado e o empregador: noções gerais. Direitos básicos do empregado.

BIBLIOGRAFIA:

- NASCIMENTO, Amauri Mascaro. Instituições de Direito Público e Privado. Ed. Atlas – Pós – 1988.
- Constituições do Brasil e da Bahia, e Lei Orgânica do Município de Salvador.
- MEIRELES, Hely Lopes. Direito Administrativo Brasileiro. Ed. Revista dos Tribunais, 1990.
- NOGUEIRA, Ruy Barbosa. Curso de Direito Tributário. Ed. Saraiva, 1990.
- Códigos Civil e Penal. Pós – Ed. Saraiva, 1988.
- Consolidação das Leis Trabalhistas. Ed. Saraiva, 2002.
- SILVA, José Afonso da. Curso de Direito Constitucional Positivo. Ed. Revista dos Tribunais, 1992.
- FLÁVIO DA CRUZ e OUTROS. Lei de Responsabilidade Fiscal Comentada. Ed. Atlas, 2001.
- MUKAI, Toshio. Estatuto da Cidade. Ed. Saraiva, 2001.
- GAGLIANO, Pablo Stolze e PAMPLONA FILHO, Rodolfo. Novo Curso de Direito Civil – Parte Geral. Vol. I. Ed. Saraiva, 2002.
- AMERICANO DA COSTA, Marcus Vinicius. Exegese e Aplicabilidade de Instituições de Direito Público e Privado.

- Elaborado pelos professores José Raymundo de Almeida Sant'Anna, Mário Jorge Philocreón de Castro Lima e Nilza Maria Costa dos Reis.
- Aprovado em reunião do Departamento, realizada em 20.12.2002.



PROGRAMA DE DISCIPLINA

DISCIPLINA	CARGA HORÁRIA
DIR 160 - DIREITO ADMINISTRATIVO III	68h

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

1. Introdução. O homem, como animal gregário. Normas de conduta. A norma jurídica: a sanção organizada com execução forçada. O Direito: Conceito. Direito Público e Direito Privado. O ordenamento jurídico. A relação jurídica.
2. Direito Administrativo. Conceito. Campo de aplicação. Relação com outros ramos do Direito. Princípios da supremacia do interesse público sobre o privado e da indisponibilidade do interesse público. Outros princípios que informam o Direito Administrativo.
3. Fontes do Direito Administrativo. Conceito de fonte. A Constituição. As leis. O regulamento. A jurisprudência.
4. Administração Pública. Conceito de Estado. Elementos e poderes do Estado. A Responsabilidade Civil do Estado. As doutrinas da irresponsabilidade; da responsabilidade subjetiva e responsabilidade objetiva do Estado: teorias. A responsabilidade civil, administrativa e criminal do agente público.
5. Organização e atividades da Administração Pública. Serviço Público: conceito, espécies, formas de prestação e de execução. Centralização. Descentralização. As entidades estatais. As entidades autárquicas. As entidades fundacionais. As entidades parastatais: empresa pública; sociedade de economia mista e os serviços sociais autônomos. Concessão; permissão e autorização para a prestação do serviço público.
6. Órgãos administrativos. Cargo. Função. Competência. Agentes Públicos: políticos, honoríficos, delegados, credenciados. Os agentes administrativos. Normas sobre agentes públicos na Constituição de 1988. Regime Jurídico Único. Conceito. RJU da União, Estado da Bahia e Município de Salvador.
7. Poderes administrativos. Poder discricionário e vinculado. Poder hierárquico. Poder disciplinar. Poder regulamentar. O poder de polícia.

8. Ato Administrativo. Conceito. Requisitos do ato administrativo: competência, forma, finalidade, motivo e objeto. Atributos do ato administrativo: presunção de legitimidade; imperatividade; auto-executoriedade. Classificação dos atos administrativos. Atos gerais e individuais. Atos externos e internos. Atos de gestão, de impérios e de expediente. Atos vinculados e discricionários. Ato válido, nulo e inexistente. Revogação e anulação do ato administrativo.
9. Contratos administrativos. Conceito. Peculiaridades dos contratos administrativos: as cláusulas exorbitantes. Direitos e obrigações dos contratantes. Garantias para a execução do contrato: caução; seguro-garantia; fiança bancária.
10. Licitação. Conceito e finalidade. Princípios da licitação. Objeto da licitação. Obrigatoriedade, dispensa e inexibilidade da licitação. Modalidades de licitação: concorrência, tomada de preços, convite, concurso e leilão. Legislação sobre licitação. As sanções penais.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

1. Figueiredo, Lúcia Valle > Curso de Direito Administrativo Malheiros Editores
2. Mello, Celso Antonio Bandeira de > Curso de Direito Administrativo. Malheiros Editores
3. Meirelles, Hely Lopes > Direito Administrativo Brasileiro. Malheiros Editores
4. Pietro, Maria Sylvia Zanella di > Direito Administrativo. Ed. Atlas
5. Cretella, José (Jr.) > Curso de Direito Administrativo. Ed. Forense
6. Bastos, Celso Ribeiro > Curso de Direito Administrativo. Ed. Saraiva.
7. Carvalho Filho, José dos Santos > Manual de Direito Administrativo. Ed. Lumen Juris
8. Gasparini, Diógenes > Direito Administrativo. Ed. Saraiva
9. Moreira Neto, Diogo > Curso de Direito Administrativo. Ed. Forense
10. CONSTITUIÇÃO FEDERAL

Aprovado em reunião de Departamento de Direito Público em 29.04.97

Elaborado pelo professor Carlos Alberto Araçonga Dória



PROGRAMA DA DISCIPLINA DIR-161 - LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA

04 CRÉDITOS 68 HORAS

1) As necessidades humanas:

Conceituação econômica. Classificação: individuais, comuns e relativas. Modos de satisfação. Agentes da satisfação.

2) O Estado como agente das necessidades:

O fenômeno financeiro: atividades fiscais e extra-fiscais. O fenômeno jurídico: noção, classificação do Direito. A legislação tributária: hierarquia das normas tributárias, a Constituição, as leis complementares e ordinárias (o Código Tributário Nacional), os decretos-leis, os tratados, as convenções internacionais, decretos e normas complementares (decisões administrativas).

3) A obrigação tributária:

Natureza. Fontes: mediatas e imediatas. Conceito. Elementos. Espécies.

4) O crédito tributário. Noção:

Constituição: o lançamento; conceito; natureza; espécies; efeitos; revisão e alteração; suspensão; extinção; exclusão: a isenção; garantias e privilégios.

5) A administração tributária:

Direitos e deveres dos fiscais. Penalidades. Pessoas obrigadas a auxiliar com informação o Fisco. A exigência do crédito tributário, processo administrativo fiscal, dívida ativa e cobrança judicial. A legislação penal tributária.

6) O poder de tributar:

Justificativas (a causa da obrigação tributária); o orçamento público; noção contemporânea contendo princípios constitucionais. As limitações constitucionais ao Poder de Tributar.

7) O Sistema Tributário Brasileiro:

A discriminação de rendas na Emenda Constitucional n. 1/69.

8) Os tributos:

Noções. Distinções entre as espécies tributárias (características), classificação.

9) Impostos sobre o Comércio Exterior:

Espécies e conceito. Fato gerador. Base de cálculo. Sistemas tarifários. Institutos peculiares aos direitos aduaneiros. Porto Livre e Zona Franca.

10) Impostos sobre o Patrimônio e a Renda:

Espécies e conceito. Fato gerador. Base de cálculo. O imposto de renda pessoa física e pessoa jurídica. Incentivos fiscais.

11) Impostos sobre a Produção e a Circulação:

Espécies e conceito. Fato gerador. Base de cálculo. Livros e documentos fiscais SINIEF. Incentivos fiscais.

12) Impostos especiais:

Espécies e conceito. Fato gerador. Base de cálculo.

Elaborado pelo Prof. Ivo Braga





COMPONENTE CURRICULAR

CÓDIGO

NOME

DIR 164

LEGISLAÇÃO SOCIAL E DIREITO DO TRABALHO

CARGA HORÁRIA

MÓDULO

SEMESTRE VIGENTE

T	P	E	TOTAL
68	-	-	68

T	P	E

2015.2

EMENTA

Legislação social: finalidades, histórico e funções social. Consolidação das leis trabalhistas: sujeitos, proteção, higiene e liberdade de trabalho. Instituições e processos trabalhistas. Previdência Social.

OBJETIVOS

Discutir, de modo interdisciplinar, os meandros da regulação do trabalho, em suas questões individual e coletiva, e os demais fenômenos pertinentes à vida dos sujeitos que trabalham, como a previdência social e outras proteções sociais contra a inatividade involuntária. Apresentar a rede de amparo e inserção social que é projetada pelo Estado Democrático de Direito para envolver aqueles que vivem do trabalho, a partir do estudo específico do contrato de trabalho.

METODOLOGIA

Desenvolver um processo educativo e prático com metodologias interativas e participativas, conferindo ao aluno um papel ativo na construção do conhecimento. Para tanto, serão utilizadas: aulas expositivas; leitura e discussão de textos, notícias e jurisprudência; exibição de vídeos; realização de resenhas e fichamentos; elaboração e apresentação de Trabalho em grupos.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

1. UNIDADE I: A QUESTÃO SOCIAL E A LEGISLAÇÃO TRABALHISTA
 - 1.1 A centralidade do trabalho no capitalismo;
 - 1.2 Formação histórica do Direito do Trabalho no Brasil;
 - 1.3 Princípios do Direito do Trabalho;
 - 1.4 A Constituição de 1988 e o sindicalismo no Brasil;
 - 1.5 Negociação coletiva e flexibilização da legislação trabalhista;
2. UNIDADE II – SUJEITOS DO MUNDO DO TRABALHO
 - 2.1 Heterogeneidade do mundo do trabalho e desafios para a proteção;
 - 2.2 Relação de Trabalho e Relação de Emprego;



2.3 Sujeitos da relação de emprego: empregado e empregador.

2.4 Terceirização Trabalhista;

3. UNIDADE III – CONTRATO INDIVIDUAL DE EMPREGO

3.1 Duração dos contratos;

3.2 Jornada de Trabalho e Sistemas de Repouso;

3.3 Sistema Remuneratório e Proteção ao Salário;

3.4 Alterações contratuais;

4. UNIDADE IV – PROTEÇÃO AO EMPREGO NO BRASIL

4.1 Estabilidades provisórias, indenizações por tempo de serviço e o sistema do FGTS;

4.2 Poder Diretivo e modalidades de extinção contratual;

4.3 Dispensas coletivas;

4.4 Rede de proteção social ao não-emprego: o sistema de seguridade social.



BIBLIOGRAFIA

Básica:

DELGADO, Maurício Godinho. *Curso de Direito do Trabalho*. São Paulo: LTr, 2016.

MARTINEZ, Luciano. *Curso de Direito do Trabalho: relações individuais, sindicais e coletivas de trabalho*. São Paulo: Saraiva, 2016.

Ivo, Anete Brito Leal (Coord). *Dicionário temático desenvolvimento e questão social: 81 problemáticas contemporâneas*. / Coordenação de Anete Brito Leal Ivo, Elsa S. Kraych ete, Ângela Borges, Cristiana Mercuri, Denise Vitale e Stella Sennes. Apresentação da Equipe de Organização do Dicionário. – São Paulo: Annablume; Brasília: CNPq; Salvador: Fapesb, 2013. (Coleção Trabalho e Contemporaneidade).

Complementar:

BIAVASCHI, Magda Barros. *O direito do trabalho no Brasil – 1930 a 1942: a construção do sujeito de direitos trabalhistas*. São Paulo: LTr: JUTRA – Associação Luso-Brasileira de Juristas do Trabalho, 2007.

DRUCK, Maria da Graça. *Terceirização: (des)fordizando a fábrica*. São Paulo: Boitempo, 1999.

KREIN, José Dari. Debates contemporâneos: economia social e do trabalho, 8: as relações de trabalho na era do neoliberalismo no Brasil. São Paulo: Ltr, 2013.

SILVA, Luiz de Pinho Pedreira da. *Principiologia do direito do trabalho*. São Paulo: LTr, 1999.

SOUTO MAIOR, Jorge Luiz. *O direito do trabalho como instrumento de justiça social*. São Paulo: LTr, 2000.

Assinatura e Carimbo do Chefe do Departamento

Programa aprovado em reunião plenária do dia

___/___/___

Assinatura e Carimbo do Coordenador do Curso

Programa aprovado em reunião plenária do dia

___/___/___



Raulenti
UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
Faculdade de Direito
Confere Com o Original

PROGRAMA DA DISCIPLINA DIR: 167 – DIREITO COMERCIAL VII

03 CRÉDITOS

51 HORAS

Unidade I – Ato de Comércio

- 1.1. Conceito e classificação.
- 1.2. O comerciante: capacidade, proibições, impedimentos.
- 1.3. Os livros comerciais.
- 1.4. O Direito Comercial como direito das empresas.

Unidade II – Agentes auxiliares do comércio

Unidade III – Nome comercial e firma comercial

- 3.1. Registro do comércio.
- 3.2. Marcas de indústria e comércio.
- 3.3. Patentes.

Unidade IV – Contratos mercantis

- 4.1. Espécies de contrato.
- 4.2. Compra e venda.
- 4.3. Mandato e comissão.
- 4.4. Locação de serviços e de coisas.
- 4.5. *Leasing*.
- 4.6. Sociedades comerciais.
- 4.7. Caracterização dos tipos.
- 4.8. Sociedades em nome coletivo, por cotas de responsabilidade limitada e anônimas.

Unidade V – Títulos de crédito

- 5.1. Noções gerais.
- 5.2. Aceite, endosso, aval.
- 5.3. O protesto cambial.
- 5.4. Letra de Câmbio, Nota Promissória.
- 5.5. Cheque.
- 5.6. Conhecimento de depósito e de transporte.
- 5.7. *Warrant*.
- 5.8. A duplicata.
- 5.9. Outros títulos de crédito.

Unidade VI - Falência

- 6.1. Causas e efeitos.
- 6.2. Concordata.
- 6.3. Função do síndico e do comissário.
- 6.4. Crime falimentar.
- 6.5. Reabilitação do falido.

Elaborado pelo Prof. Renan Balleiro

Paracati
UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
Faculdade de Direito
Cuide-se Com o Original